

Um mundo de “considerações”: alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo¹

Karina Biondi²

RESUMO: Neste artigo, exporei algumas das estratégias que adotei para a realização de minha pesquisa em uma situação de deslocamento das condições de trabalho de campo, na qual novas questões se colocaram e exigiram uma reflexão acerca de meu trânsito em um campo de forças permeado pelo regime de moralidades de meus interlocutores. A seguir, pretendo apresentar algumas das estratégias adotadas para a realização da pesquisa, as questões que se colocaram a partir de minha forma de inserção, e as mudanças que os dados coletados trouxeram ao projeto inicial. Por fim, esboçarei um comentário sobre a relação entre essa forma de inserção e os dados coletados.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho de campo; etnografia; relações de força; moralidades; crime.

* * *

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma coletividade originada nas prisões paulistas no início da década de 1990. Após disputar os territórios com outros bandos formados por prisioneiros, na década de 2000 se tornou uma força hegemônica nas unidades prisionais paulistas.

¹ Artigo publicado em Barreira, César; Sá, Leonardo; Aquino, Jania. (Org.). *Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. Campinas: Pontes Editores, 2011

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar); pesquisadora do Hybris - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades; bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Esse foi também um período no qual uma política de encarceramento em massa passou a ser colocada em prática no Estado de São Paulo. De acordo com os dados oficiais, em 1992 a população carcerária totalizava cerca de 52 mil presos distribuídos em 43 unidades prisionais, em 2002 subiu para quase 110 mil em cerca de 80 unidades e, atualmente, o Estado de São Paulo abriga mais de 170 mil prisioneiros em 148 estabelecimentos penais. É evidente que, dado o fluxo de prisões e libertações, o número de pessoas que passaram pelo sistema prisional ao longo desse período é bem superior aos 170 mil. Há, ainda, as pessoas que são afetadas direta ou indiretamente por essa política de encarceramento. Godoi (2010) estima que, tomando por base o número de prisioneiros do Estado de São Paulo no ano de 2008, "a soma total de pessoas direta e indiretamente afetadas pelo encarceramento seria de 2.693.599, num estado habitado por 41.585.931 pessoas"³.

Esses vasos comunicantes e fluxo de encarcerados contribuíram para que o PCC transbordasse os muros das prisões e passasse a cobrir invisivelmente os territórios urbanos do Estado de São Paulo, tornando-se um vetor hegemônico também no "crime" paulista, tal como é conceituado por Marques:

(1) um "movimento" que vem atravessando territórios (2) desde um instante não definido, (3) efetuando considerações sobre as "caminhadas" de "ladrões" e de outros, sendo que, disso, derivam conjuntos de "aliados" e de "inimigos". (MARQUES, 2009, p. 95)

De acordo com essa concepção, "crime" não está necessariamente relacionado às práticas que envolvem transgressão da lei. Mais do que isso, constitui uma produção de território, pois na medida em que esse "movimento" atravessa territórios, ele também os produz.

À penetração do PCC no "crime" (a ponto de meus interlocutores tratarem-nos, muitas vezes, como sinônimos) se deve minha intenção de passar a estudá-lo a partir das relações travadas fora do ambiente prisional (diferentemente, como veremos, da pesquisa desenvolvida durante o mestrado). Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o trabalho de campo que essa nova fase de pesquisa passou a exigir. A seguir, pretendo apresentar algumas das estratégias adotadas para a realização da pesquisa, as questões que se colocaram a partir de minha forma de inserção, e as mudanças que os dados coletados trouxeram ao projeto

³ Godoi (2010) elabora um interessante estudo sobre o que chama de "vasos comunicantes", os mecanismos que conectam a prisão e seu espaço exterior. Cunha aborda essa comunicação no contexto português (2002, 2008a, 2008b).

inicial. Por fim, esboçarei um comentário sobre a relação entre essa forma de inserção e os dados coletados.

Reconfigurar o campo

A pesquisa de campo desenvolvida durante o mestrado foi, em sua maior parte, indissociável das visitas que eu fazia ao meu marido, nas unidades prisionais em que esteve detido. A condição de visitante, por um lado, garantia minha entrada nas unidades prisionais que pesquisava e, por outro, me colocou uma série de condições que trouxeram muitos rendimentos analíticos. Não que eu fosse alguém "de dentro", uma antropóloga-nativa. Afinal, nunca estive detida e nem eu e nem meu marido somos ou fomos membros do PCC. Mas inevitavelmente os visitantes (necessariamente parentes dos prisioneiros, de acordo com regulamento da administração penitenciária paulista) passam por experiências que se aproximam (embora bem remotamente) daquelas pelas quais passam os presos. Mais do que ouvir relatos sobre *sofrimento e humilhação*⁴, pude experimentar essas sensações e entender melhor – para depois descrever – o que meus interlocutores me diziam. Essas minhas experiências constituíam ora material para análise, ora pano de fundo para outros materiais que eram coletados em pesquisa de campo. Muitas vezes, eram os materiais coletados em pesquisa de campo que serviam como pano de fundo para a análise dessas experiências. Assim, procurei transformar essa "afecção", nos termos de Favret-Saada, em um dispositivo metodológico que trouxe rendimentos para a pesquisa na medida em que permitiu “elaborar um certo saber posteriormente” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157).

De qualquer forma, mesmo que a pesquisa não se restringisse aos locais onde eu visitava, eles constituíam um ponto de partida, um ambiente a partir do qual se traçavam relações por mim perseguidas. Dessa maneira, por mais que o PCC estivesse espalhado, o recorte da pesquisa foi conduzido pelas suas condições de efetuação. Se em pesquisa de mestrado eu não precisei tratar a fundo a questão da dispersão extramuros do meu objeto de pesquisa, no doutorado, para fazer a pesquisa de campo após a libertação de meu marido, não tive alternativa senão encarar essa problemática.

⁴ Palavras grafadas em itálico referem-se a termos nativos.

O PCC não é um objeto clássico na antropologia, daqueles que possuem vínculos territoriais, étnicos, lingüísticos, sanguíneos ou filiativos⁵. Como procurei descrever em outro lugar (BIONDI, 2010), trata-se de um coletivo que não se limita a um conjunto de pessoas e que também não se restringe a territórios específicos. O PCC pode atravessar pessoas que não são seus membros, pode transitar por territórios insuspeitos, ele flutua por entre linguagens, brinca de fazer família.

Diante disso, uma questão se colocava para mim: por onde começar a pesquisa de campo? O que significa ir a campo, quando se pretende estudar o PCC, que cobre invisivelmente os territórios paulistas?

A idéia de uma pesquisa de campo de período e local delimitado passou a me parecer imprópria para o meu objeto de pesquisa. Se por um lado meu trabalho de campo não é intensivo como aquele registrado por Malinowski (1997) e como os que vêm sendo realizados por muitos antropólogos que passam longos períodos em campo, por outro lado, sem que eu estivesse em declarado trabalho de campo, encontrei alguns interlocutores com quem pude travar conversas nas quais relatavam algumas de suas experiências, impressões e idéias acerca do PCC e do que chamam de *Crime*⁶. Mesmo sem estar oficialmente em trabalho de campo, coletei informações para minha pesquisa. Algumas dessas conversas chegaram a ser registradas em caderno de campo. Outras, contudo, foram tão casuais e inesperadas que sequer pensei, na época, em registrá-las. Tal como ocorria em pesquisa de mestrado, algumas coisas só voltavam à minha mente na forma de dados para pesquisa após algum outro acontecimento, e muitas vezes somente porque em relação com ele.

Talvez essa dinâmica, à primeira vista tão distinta dos ensinamentos malinowskianos, seja tão somente um rearranjo deles, adaptados para pesquisas desenvolvidas nas chamadas “sociedades complexas” ou na “antropologia urbana”. A leitura original que Emerson Giumbelli elabora sobre Malinowski nos fornece algumas pistas. A respeito do conceito malinowskiano de “observação compreensiva”, Giumbelli afirma que:

em várias ocasiões, Malinowski foi enfático quanto às limitações dos métodos de questionamento direto e de perguntas-e-respostas. O crucial seria poder observar os nativos conversando entre si, em situações cotidianas, e poder discutir com eles a partir de acontecimentos concretos. Isso, por outro

⁵ O problema da unidade pano (família etnolingüística do oeste amazônico), tal como apresentado por Erikson (1993), ressoa fortemente nas questões que apresento.

⁶ Algumas vezes, PCC e *Crime* são palavras tomadas por meus interlocutores como sinônimo. Outras vezes, contudo, elas aparecem dissociadas.

lado, não quer dizer que ‘o ponto de vista dos nativos’ se manifestasse diretamente nessas conversas ou nessas discussões. [...] A compreensão viria da observação [...] de comportamentos integrais – ‘um composto de ações verbais e manuais’ (Malinowski, 1935). (GIUMBELLI, 2001, p. 14)

Em pesquisas sobre um objeto que não está atrelado a um território específico, onde o antropólogo poderia se instalar e, a partir daí, passar a observá-lo em ação, a delimitação de períodos de trabalho de campo se torna problemática. Muitas vezes os encontros são eventuais e inesperados, mas não deixam de constituir materiais para a observação dos “comportamentos integrais”. De fato, se eu delimitar temporalmente meu trabalho de campo e considerar os dados coletados exclusivamente nesses períodos, deixaria de incluir em meu trabalho materiais bastante importantes até mesmo para o entendimento dos dados coletados em um campo, digamos, oficial. Nesse sentido, não posso deixar de considerar encontros casuais, telefonemas, conversas e troca de mensagens via internet como efetivas pesquisas de campo. Mas ainda assim, esses contatos não são garantia de efetiva pesquisa de campo. Afinal, como procurei descrever em outro lugar (BIONDI, 2010), a existência do PCC depende de sua atualização e muitas vezes coube a mim requisitar sua presença nessas conversas. Assim, em muitas ocasiões eu nem precisei sair de minha casa para “ir a campo”. Exemplo disso foi quando o marido de uma vizinha saiu da prisão e voltou a morar com ela e passou a ser, portanto, meu vizinho. A experiência prisional comum o aproximou de meu marido e, contiguamente, de mim. Poucos meses após sua libertação, o casal mudou-se para outra casa e atualmente só o encontro eventualmente, quando ele visita meu marido. E como a presença dele nem sempre garante a existência de materiais para minha pesquisa, procuro estar presente em todas as suas visitas, mesmo sem saber de antemão se das conversas que são travadas haverá a oportunidade de coletar algum dado para minha pesquisa.

É que os dados nem sempre vêm quando espero. Igualmente, nem sempre consigo prever o encontro com algum interlocutor. Foi assim, por exemplo, quando meu marido (novamente, ele!) conheceu João⁷, um pedreiro que trabalhava em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Após alguns dias conversando diariamente com ele, quando meu marido comentou sobre seu passado na prisão, João revelou que conhecia bem esse assunto: ele é irmão de um dos fundadores do *Comando*⁸. Com João, tive longas e interessantíssimas

⁷ Todos os nomes citados nesse texto, exceto os que foram extraídos de conteúdos amplamente divulgados na imprensa, são fictícios e foram por mim inventados.

⁸ O PCC também é chamado, pelos meus interlocutores, de *Comando, Família e Quinze*.

conversas, entre outras coisas sobre o PCC que seu irmão lutou para criar e consolidar e o PCC que hoje está presente em São Carlos.

Essas experiências, entre outras, me levaram a considerar como estratégia para minha pesquisa a exigência de uma vida em estado de campo. Afinal, posso a qualquer momento encontrar um interlocutor ainda desconhecido, receber um telefonema, carta ou uma mensagem pela internet de um interlocutor já conhecido. Seja como for, meus sentidos devem estar sempre a postos, atentos a tudo o que se passa ao meu redor, com meu caderno de campo sempre à mão. No entanto, não posso me dar ao luxo de delegar ao acaso todos os encontros. Se por um lado eu preciso estar atenta a tudo que me cerca – afinal, um interlocutor pode aparecer a qualquer momento –, por outro, é muito importante provocar novos encontros e manter ativos os contatos realizados.

Velhas questões para novos arranjos (ou vice-versa)

Em todos esses meios pelos quais faço pesquisa de campo, me valho da experiência prisional de meu marido e, contiguamente, da minha. Essa contiguidade, que já existia na fase anterior da pesquisa, ganhou novos contornos, mas se manteve, mesmo não intencionalmente. É certo que, não fosse a evocação a esse passado, tal contiguidade não apareceria. No entanto, foi essa evocação que permitiu muitas das aproximações que realizei nessa fase da pesquisa. Meu marido continua, como na prisão, sendo a pessoa que torna possível meus diálogos com meus interlocutores homens. A questão de gênero continua, hoje, atravessando minha pesquisa intensamente. Quando não é meu marido que me coloca em relação com meu interlocutor, são suas esposas que o fazem. As relações não são exatamente no mesmo formato que eu estabelecia quando fazia pesquisa de campo em prisões. A atenção com a postura corporal, com o tom de voz e o cuidado com as palavras parecem sofrer menor vigilância. Contudo, todos esses cuidados permanecem presentes e a mediação, seja do meu marido, seja de uma *guerreira*, mantém-se necessária. A questão que eu gostaria de levantar aqui é: poderia ser de outro modo? Se eu ocultasse a existência de meu marido ou de seu passado, provavelmente eu não precisaria de sua mediação. No entanto, se, com a continuidade da pesquisa e do contato com determinado interlocutor, essa informação viesse à tona, tanto meu marido quanto eu poderíamos sofrer *consequências*.

Tais *conseqüências* não constituiriam sanções físicas, mas morais, o que me conduz a outra questão. Muito se diz a respeito da forma como o pesquisador é classificado ou sobre como ele é localizado por seus nativos. Mas o problema que coloco é a avaliação que eles fazem do pesquisador, segundo seu próprio regime moral. Assim como a localização dos antropólogos pelos nativos pode render um bom material para a pesquisa, sua avaliação a partir do regime de moralidade operado pelos nativos pode, também, constituir um material muito valioso para a pesquisa. Afinal, quando estou em campo, percorro o solo do "crime" e, conseqüentemente, sou alvo de "considerações". Lembro que estou falando de "crime", aqui, nos termos de Marques (2009): atualizações de "considerações" sobre ter e não ter *proceder*. Ser alvo de considerações dentro do "crime" não é, necessariamente, ser considerado *ladrão*. Não tem a ver, sequer, com práticas criminosas em sua concepção legal/jurídica. Basta que sejamos alvo de "considerações" por pessoas que, também alvos de "considerações", são consideradas *ladrões*. E, pelo menos nesse campo, cada passo do pesquisador é alvo de "considerações".

Aquino (2010), em sua pesquisa junto a assaltantes de bancos e empresas de guarda-volumes, aborda essa questão. A partir de uma abordagem da chamada antropologia da performance, a autora afirma que as aptidões cênicas dos entrevistados aguçaram sua sensibilidade para a presença e as implicações de "performances" na interação com eles. Ela passou, então, a acionar performances e estratégias e procurou construir milimetricamente sua imagem perante seus interlocutores. Em suas palavras,

cultivamos determinados desempenhos 'em campo' e de que estas *performances* variam de acordo com as características e as condições em que nossas pesquisas são desenvolvidas. Trata-se de dramatizações que ganham contornos a partir das expectativas das pessoas e coletivos etnografados e por nosso empenho em encontrar vias de acesso a informações, dados e diálogos que consideramos relevantes. (AQUINO, 2010, p. 97, grifo no original)

Embora esteja utilizando um vocabulário distinto do que tomei de empréstimo de Marques (2009), não tenho dúvidas de que os dados de Aquino (2010) estão falando sobre a dinâmica de "considerações" que existe na relação entre antropólogo e seus interlocutores⁹.

⁹ Aquino (2010) traz, ao longo de sua obra, diversas passagens nas quais podemos observar seus interlocutores agindo de acordo com as "considerações" que esperam produzir naqueles com os quais interagem, ao mesmo tempo em que emitem "considerações" sobre eles.

Temos aqui um duplo problema para a condução da pesquisa. Pois, se por um lado é necessário estabelecer alguma alteridade, um lugar de onde o pesquisador possa falar, por outro, ele precisa saber transitar pelo território que estuda. Mesmo que se demarque de início uma fronteira nós/eles, é uma ilusão pensar que as relações estabelecidas entre antropólogo e seus interlocutores não serão por eles avaliadas, que não serão objeto de "considerações" no interior do regime moral de seus nativos e que sua pesquisa não sofrerá nenhuma interferência dessas "considerações".

Discussões sobre a relação entre os antropólogos e seus objetos de pesquisa permeiam toda a antropologia há muitas décadas. Nos anos 1980, uma geração de antropólogos norte-americanos, posteriormente rotulados como pós-modernos, tornou esta questão central em suas produções¹⁰. A atenção com as condições de coleta de dados associada à atenção com a forma de escrita foi uma reação necessária da antropologia ao mundo pós-colonial. Embora eles tenham sido alvos de muitas críticas (dentre as quais que eles tenham feito mais barulho do que trazido contribuições à antropologia), de certa forma eles foram um dos vetores que ajudaram a desobviar a herança colonialista da disciplina na distinção entre “nós” e “outros”. Narayan (1993) credita essa desobviação também à produção feminista. Para ela, o local de onde se fala é múltiplo e móvel, e o que deve ser levado em conta é a qualidade da relação com aqueles sobre os quais se escreve. Afinal, dualizar a classificação dos antropólogos entre “insider” e “outsider” oferece apenas a opção de duas metades que não dão conta da complexidade identitária que está em jogo. Um antropólogo indiano que faz trabalho de campo na Índia, nesse sentido, não pode ser considerado “insider” sem levar em conta outros fatores, como gênero, casta, comunidade. Se em alguns aspectos ela é próxima, em outros ela está separada. Frente a isso, Narayan questiona o que é, afinal, o “nativo”? Esta é a pergunta feita também por Appadurai (1988), para quem a idéia de “nativo” está ligada a um aprisionamento a determinado lugar e a seu modo de pensar (p. 37). Para ele, a associação entre lugares e ideias e a conseqüente ligação entre confinamento intelectual e espacial é reflexo de pensar a cultura como um todo, ou seja, é produto de heranças de pensamentos ocidentais¹¹. E como nenhum agrupamento está encarcerado em um lugar ou a um modo específico de pensamento, nativos não são outra coisa senão “criaturas da imaginação antropológica” (p. 39). Se aceitamos que o nativo não é definível senão por

¹⁰ A obra que talvez tenha ganhado maior centralidade nessa geração de autores foi “Writing Culture”, editada por Clifford e Marcus (1986).

¹¹ Abu-Lughod (1991) desenvolve uma potente crítica a essa concepção de cultura.

procedimentos de purificação, não é exagerada a afirmação de Giumbelli (ao lembrar da tríade malinowskiana que aborda a relação entre “etnógrafo”, “nativos” e “outros homens brancos”) de que, em pesquisas na sociedade do antropólogo, “nenhuma operação metodológica assegura, por si só, a distinção [do etnógrafo] em relação aos demais ‘homens brancos’ e aos seus ‘nativos’.” (2001, p. 16).

Isso complexifica ainda mais a definição de antropólogos-nativos ou dos halfies. Narayan (1993) chama a atenção para os antropólogos que, inicialmente “outsiders”, passam longo período em campo e costumam ser respeitados por seus pares por conseguirem ser parcialmente “insiders”, biculturais. Nesses casos, não é raro vermos que o fortalecimento das relações entre antropólogos e nativos pode levar a tomada de posição por parte dos primeiros, no que ficou conhecida como antropologia militante. Scheper-Hugues (1995) defende que não é porque um antropólogo entra em uma luta, que ele está abandonando a antropologia. Ela lembra que, se no mundo colonial era ético manter distância, não julgar e nem interferir nas relações entre os nativos para que isso não fosse usado para intervenções contra colonizados, hoje uma questão ética se coloca, pois a antropologia não se preocupa só em como nativos pensam, mas em como agem uns com os outros. Trata-se da passagem de um antropólogo como observador – neutro e objetivo, em ato passivo, de fora do que ocorre (figura inspirada nas ciências naturais) – para um antropólogo como testemunha – uma voz ativa, que posiciona antropologia no interior dos eventos, de onde ele vai tomar partido (mais ligado a uma filosofia moral). No entanto, Scheper-Hugues (1995) mantém, em sua concepção de antropologia militante, a posição do antropólogo como alguém que, mesmo alvo das políticas que o cercam, é dotado de exterioridade suficiente para tomar partido ao julgar o certo e o errado. A autora chega a mencionar os rendimentos analíticos que teve com o seu envolvimento político, mas não chegou a descrever sua posição no interior desse jogo de forças. É justamente esse tipo de descrição que Narayan afirma trazer rendimentos ao texto:

Questionar os modos canônicos de distância objetiva da disciplina não é, no entanto, abandonar a distância subjetiva e pretender que todo trabalho de campo seja uma celebração de *communitas*. [...] Admitir as mudanças nas relações, mais do que apresentá-las como puramente distantes ou puramente próximas, é enriquecer as texturas dos nossos textos de forma a torná-los mais próximos das complexidades da interação vivida. (NARAYAN, 1993, p. 680)

Levando adiante a proposição de Narayan (1993), argumento que a alteridade está no próprio propósito da pesquisa e que o lugar de onde o pesquisador fala está na própria relação entre ele e seu objeto de pesquisa. Essa relação não é exclusivamente produto da ação do antropólogo e muito menos uma ligação entre ele e o nativo. Ela sequer é extrínseca às partes. Tal relação é o resultado de encontros, nos quais o antropólogo é "considerado" de acordo com os caminhos que trilha em campo. Em outras palavras, é o resultado das condutas do antropólogo em relação aos seus interlocutores e a avaliação que esses últimos fazem dessas condutas. Não se trata mais, aqui, de um movimento passivo, de ser alvo, involuntário, das "considerações" de seus interlocutores. Está claro, aqui, que o antropólogo só pode ser alvo dessas "considerações" porque está transitando em território nativo. Afinal, ele está sendo avaliado de acordo com o regime moral de seus interlocutores.

Pode-se dizer que ter consciência dessa dinâmica não implica, necessariamente, conduzir suas ações levando em consideração o regime moral dos nativos, quando em trabalho de campo. Sim, decerto. Mas que tipo de material pode ser coletado por alguém que, aos olhos dos nativos, é uma figura repugnante? No caso do meu objeto de pesquisa, o que se daria a conhecer, por exemplo, a um *cagueta*¹²? Que tratamento dispensariam a um(a) *talarico*(a)¹³? Considerando casos menos extremos, qual a relação estabelecida com aqueles que não os tratam *de igual*¹⁴? E com aquele que se mostra *simpático*¹⁵? No meu caso, deixar de me importar com as "considerações" a serem lançadas sobre mim é ainda mais grave. Afinal, eu já trilhei esses caminhos quando meu marido estava preso e eu o visitava. Não se trata mais de um possível desconhecimento, mas de uma desconsideração da "consideração" deles, que pode ser vista como uma afronta. Mas, de qualquer forma, conhecer essas avaliações, saber como se dão as "considerações" é tarefa do antropólogo. Ao mapear, ele está apto a percorrer as linhas que compõem o mapa e as práticas que não se adequem ao regime moral nativo podem levantar questões sobre a capacidade do próprio pesquisador: "que antropólogo é esse, que vem aqui, estuda, estuda e estuda a gente, e não aprende nada?" Ao mesmo tempo, ele pode tentar *invadir a mente, dar um psicológico*¹⁶ no antropólogo. E sucumbir a esse golpe é mais um sinal de que o antropólogo nada sabe sobre aqueles que

¹² Derivado de alcaguete, *cagueta* é a maneira como meus interlocutores chamam os delatores.

¹³ *Talarico* é aquele que assedia a companheira de outro ou aquela que assedia o companheiro de outra.

¹⁴ Sobre a importância da Igualdade no PCC, ver Biondi (2010).

¹⁵ *Simpático* é aquele que não forma opinião própria, mas é também o que direciona seus esforços para agradar alguém (e não para construir sua própria reputação).

¹⁶ Nesse caso, *invadir a mente* ou *dar um psicológico* é tentar conduzir o outro a uma situação favorável ao primeiro (muitas vezes em prejuízo do segundo). Sobre essa questão, ver Marques (2007 e 2010).

estuda. Por outro lado, aquele capaz de *blindar sua mente* frente aos *psicológicos* dos outros é valorizado por saber jogar o jogo.

É importante esclarecer, aqui, que aprender a lidar com a moralidade dos nativos não é o mesmo que aderir a ela. Mas também não é sobrevoá-la com um dirigível, evitando qualquer tipo de “contaminação”. Somente uma crença demasiada na objetividade da ciência e, por conseguinte, na existência de corpos sociais extrínsecos e independentes uns dos outros poderiam sustentar essa posição. Para alguns autores, isso está na base da herança colonialista da antropologia. A relação entre antropologia e colonialismo já havia sido apontada em 1950 por Michel Leiris. O autor chega a afirmar que uma etnografia livre do espírito colonialista contribuiria para um bom entendimento no plano das relações culturais, entre metrópole e colonizados. (LEIRIS, 1950, p. 373). Passadas duas décadas, Asad (1973) se pergunta quão a disciplina é refém, é grata e é dependente da relação entre dominados e dominantes e quais as consequências disso. Asad afirma que antropologia contribui para a estrutura de poder e sofre influências dessa estrutura em suas escolhas teóricas e no tratamento que dispensa ao objeto estudado. Já em tempos pós-coloniais e na chamada antropologia urbana, mesmo que os objetos não sejam mais tão dominados, mesmo que eles se coloquem em uma relação de embate e de negociação com antropólogo – como aqueles que lêem e reagem às etnografias que são elaboradas sobre eles¹⁷ -, mesmo assim, alguns cientistas sociais têm certa dificuldade de livrarem-se de métodos e abordagens tão impregnados de colonialismos. Não raro, continuam escrevendo suas obras como se seus interlocutores fossem objetos passivos à observação e análise de um especialista imune aos jogos de força operantes em seu trabalho de campo. Com isso, deixam de descrever as relações de força existentes nessa interlocução, permeadas por diferentes regimes de moralidades.

O que interessa aqui é que, se por um lado, como afirmei acima, aprender a lidar com a moralidade dos nativos não significa aderir a ela, por outro, o não compartilhamento de um regime de moralidade não conduz necessariamente a um julgamento moral. Da mesma forma, o choque entre moralidades distintas não implica a recusa absoluta de uma delas. Afinal, a moral, seja a do pesquisador, seja a do nativo, não pode ser reduzida a um conjunto de imperativos, a leis prescritas e exteriores sob as quais as pessoas se submetem. Moral não tem a força para conformar vidas, experiências, existências, porque ela não opera por si. Talvez

¹⁷ Sobre as reações dos nativos aos escritos dos antropólogos, ver coletânea editada por Brettell (1993). No Brasil, ver Marques e Villela (2005).

seja mais apropriado, como sugere Villela (2010), enfatizar não a moral ou as moralidades, mas as relações de poder:

Menor concentração no que as pessoas julgam que devem, maior no que elas avaliam que podem, é o passo que pretendo dar neste texto. Ou, ainda, por outras palavras, concentrar-se no modo como as pessoas empregam feixes de enunciados normativos de um modo tático e estratégico, muito mais do que entendê-las como meros pacientes dos códigos (morais, legais, culturais, sociais). (VILLELA, 2010, p. 176)

Transitar pelo regime moral de meus interlocutores é, nesse sentido, conduzir minhas ações de acordo com a avaliação que elas possam sofrer, tendo em vista a relação que daí aparecerá. O desafio é tentar controlar a qualidade dessa relação para garantir a qualidade dos materiais coletados para a pesquisa. Mas o esforço implicado nesse trânsito, de calcular cada movimento, é também uma maneira de acionar reflexões sobre nossos interlocutores, sobre nós mesmos e, principalmente, sobre a relação que estabelecemos com eles¹⁸. É, portanto, nesse movimento, que se adquire um lugar para falar e que o trânsito na moralidade nativa ganha rendimento analítico.

A descrição da relação entre eu e meus interlocutores e das reflexões que tal relação exige, bem como daquilo que me é dado a conhecer informalmente, oferece muito mais rendimento para minha pesquisa do que materiais extraídos, digamos, forçosamente, como é o caso das entrevistas ou de conversas que explicitamente têm como finalidade a pesquisa. A respeito desses procedimentos, Foucault já havia nos alertado sobre como as técnicas de confissão utilizadas pelo poder pastoral são deslocadas da religião e capturadas para a constituição de um discurso científico. (2007, p. 263-265). Nesse caso, ele está falando da Psicanálise, mas os procedimentos por ele descritos não se diferenciam substancialmente daqueles utilizados pelos cientistas sociais quando, em trabalho de campo, fazem perguntas aos nativos, incitando-os a realizar uma introspecção e produzir uma verdade antes oculta¹⁹. A grande tarefa do antropólogo, nesse sentido, seria poder descrever o que não está no plano discursivo, e é aqui que enfatizo a importância na descrição das relações de poder que operam nas pesquisas de campo.

¹⁸ Hirata (2010) oferece um excelente exemplo de como uma situação, inicialmente constrangedora, vivenciada em trabalho de campo, pode ser importante objeto de reflexão principalmente porque se relaciona com os demais materiais coletados pelo autor (p. 295).

¹⁹ O autor trabalha essa questão mais extensamente em Foucault (2010) e, abordando-a a partir de outros caminhos (para tratar do nascimento das ciências humanas), em Foucault (2002).

Ademais, é quando meus interlocutores deixam de me tratar como pesquisadora que passo a ter acesso aos materiais mais valiosos para minha pesquisa: as relações que dizem respeito ao universo estudado e que só interessam a eles próprios e – é claro – à antropóloga. Tudo se passa como se houvesse dois tipos de discursos: aqueles que podem interessar à *sociedade* e que interessa a eles transmitir à *sociedade*, e aqueles que só importam a eles, à sua política interna, ao seu regime social²⁰. Quando sou vista como alguém que vai escrever sobre o que me é dito, como alguém que levará à *sociedade* o que me dizem, o que aparece é um discurso humanista e legalista, que traz à tona as más condições do sistema carcerário, o abandono do qual dizem serem vítimas e o sofrimento que lhe imputam. Procuram, com isso, sensibilizar o ouvinte e buscar apoio humanista para suas lutas legalistas. Quando a pesquisa que faço não está nos horizontes dessas conversas, me são confiados relatos e informações que parecem não importar a mais ninguém senão a eles mesmos. São acontecimentos que podem, da mesma forma que os primeiros, revelar histórias de sofrimento e condições degradantes decorrentes das práticas estatais de encarceramento. No entanto, eles aparecem como pano de fundo, como o ambiente no qual se operam as políticas do PCC. Não há, nesse caso, uma preocupação de atingir um ouvinte "externo".

Não estou, com isso, afirmando que meus interlocutores desconhecem uma realidade que somente eu, antropóloga, sou capaz de acessar por meio daquilo que eles não são capazes de formular, mas vivenciar. Tampouco afirmo que o discurso formulado por eles é falso. A questão é que, a depender da relação que é estabelecida, diferentes discursos são acionados, à medida que outros são eclipsados. Esses discursos também não constituem diferentes representações de uma realidade subjacente; cada um deles remete a uma política: o primeiro a uma "política" (com aspas) e o segundo a uma política (sem aspas)²¹.

De volta à prisão

Uma das maneiras pelas quais meus interlocutores se reconhecem é por meio da linguagem. Mas mesmo a identificação de um dispositivo de linguagem próprio não me

²⁰ Essa percepção veio à tona em conversa com o colega Messias Basques, sobre sua experiência entre os Kadiwéu.

²¹ Com "política" e política (com e sem aspas), faço uma relação direta à discussão de Cunha (2009) sobre "cultura" com e sem aspas.

autoriza a delimitar o PCC como uma comunidade linguística. Afinal, ela é atualizada de maneiras muito diversas. O modo de falar de um *irmão*²² da Baixada Santista não é o mesmo de um *irmão* da Capital que, por sua vez, se diferencia do modo de falar de um *irmão* do interior paulista. O que os singulariza, então? Eu diria que não é uma pertença, mas uma relação. São aqueles que se relacionam com o PCC? No tocante aos presos relacionados ao PCC, sim. Mas tomando um universo mais amplo, que aborda também espaços extramuros, não basta haver uma relação com o PCC, pois entre as relações possíveis estão as de enfrentamento, o que nos levaria a incluir os policiais entre os relacionados²³. Nesse sentido, é necessário avaliar a qualidade desta relação para abordar aquelas que são, também, participação. É por isso que chamo meus interlocutores de participantes do PCC, pois são pessoas que participam da produção do *Comando*. E é aqui que a importância da prisão aparece. Essa produção tem como engrenagem fundamental a experiência prisional. Não a prisão, instituição. Mas a experiência, seja própria, seja alheia, mas sempre presente nos discursos de meus interlocutores.

Meu projeto inicial para a atual pesquisa propunha verificar o funcionamento do PCC do lado de fora das prisões. Dentre os materiais que coletei, um é especialmente importante para fazer frente ao projeto que eu tinha proposto. Em todas as conversas que tive com pessoas *do Crime* ou com pessoas que estabelecem relações próximas com quem é *do Crime*, a separação entre *Cadeia* e *Mundão* não aparecia de forma evidente, estática ou cristalizada. Para tratar de relações travadas nas *ruas*, meus interlocutores aludem a relações que passavam pelas prisões. Com efeito, o universo prisional é sempre evocado quando se fala sobre o PCC. Tudo isso indica que partir de uma distinção entre cadeia e *Mundão* não seja a melhor alternativa para a pesquisa. É como se a prisão permanecesse como condição de possibilidade para os enunciados sobre o PCC, como se as coisas não aparecessem nem tão juntas e nem absolutamente separadas.

²² *Irmão* é a forma como meus interlocutores chamam os membros *batizados* no PCC.

²³ De forma alguma desprezo os constrangimentos externos na configuração que o PCC tem hoje. A formulação do promotor Roberto Porto, do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), encarregado no Ministério Público Estadual de acompanhar e processar os integrantes da facção, aponta para essa questão: "A facção teve que descentralizar poder porque quase todas as lideranças estão presas, com dificuldades de se comunicar. Era a única maneira de sobreviver à contraofensiva do Estado. O combate ao PCC hoje é eficiente com nunca foi". (fonte: <http://blogs.estadao.com.br/crimes-no-brasil/>). Sem dúvidas vemos, no PCC, efeitos dessas forças que, no entanto, não são determinantes na constituição do PCC. Em suma, não são as forças que combatem o PCC que os singulariza, embora o PCC seja também resultado dessas práticas discursivas (para uma discussão acerca do terrorismo como efeito de práticas discursivas, ver Tripathy, 2010).

A separação que eu propunha para, depois, confrontar e elaborar uma análise comparativa não parece fazer sentido para meus interlocutores. É claro que estar ou não na cadeia faz muita diferença para eles, que o ambiente carcerário impõe uma série de constrangimentos (trata-se, decerto, de um ambiente-actante, que interfere diretamente nas relações travadas entre meus interlocutores), mas as relações estabelecidas do lado de fora da prisão se acoplam às relações que atravessam as cadeias. Ou melhor, as relações estabelecidas nas *ruas* atravessam as prisões. Não se trata, portanto, de dois territórios distintos. O território-crime perpassa ambos.

Considerações Finais

Neste artigo, procurei expor algumas das estratégias que adotei para a realização de minha pesquisa em uma situação de deslocamento das condições de trabalho de campo, na qual novas questões se colocaram e exigiram uma reflexão acerca de meu trânsito em um campo de forças permeado pelo regime de moralidades de meus interlocutores. A coleta dos dados, associada às reflexões exigidas, me levou a realizar alterações significativas em meu projeto inicial.

Não posso afirmar, contudo, que os dados por mim coletados e as reflexões que eles acionam não estejam em consonância à minha atual forma de inserção. Talvez outra forma de inserção fizesse aparecer outros materiais. Talvez, se a experiência prisional não tivesse atravessado minha vida, eu tivesse acesso a dados outros. Talvez, nesse caso, meus interlocutores lançassem mão somente de um dos discursos dos quais tratei de diferenciar acima, aquele discurso acionado à *sociedade*. Mas, como afirmei, nenhum dele é mais real que o outro. Nesse sentido, não me preocupa estar acessando uma realidade parcial ou distorcida, porque, afinal, a realidade não é anterior àquilo que vemos acontecer²⁴. Por trás do que me esforço para descrever, não há nenhuma realidade oculta e disponível a descoberta por um pesquisador habilitado para acessá-la. Da mesma forma que é na relação que estabelece com seu objeto que o pesquisador adquire um lugar para falar, é dessa relação que ele extrai os resultados de sua pesquisa. Tais resultados, portanto, não correspondem a uma natureza do objeto estudado, mas são produtos de relações construídas ao longo da pesquisa.

²⁴ Essa questão foi trabalhada em Biondi & Marques (2010).

Nesse sentido, são as formas de inserção, a posição em campo e as "considerações" trocadas que conduzem ao material coletado e ao trabalho produzido. Ou, em outras palavras, o trabalho produzido não é outra coisa senão o resultado das condições nas quais os materiais para pesquisa são coletados.

Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: FOX, Richard G. (ed.) *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fé: School of American Research Press, 1991, pp. 137-162.

APPADURAI, Arjun. Putting Hierarchy in Its Place. *Cultural Anthropology*, vol. 3, nº 1, 1988, pp. 36-49.

AQUINO, Jania Perla de. *Príncipes e Castelos de Areia: Um estudo da Performance nos Grandes Roubos*. São Paulo: Biblioteca24x7, 2010.

ASAD, Talal. Introduction. In: ASAD, Talal (ed.). *Anthropology & the Colonial Encounter*. New York: Humanities Press, 1973, pp. 9-19.

BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina, MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois "comandos" prisionais. *Lua Nova (Impresso)*, vol. 79, 2010, pp. 39-70.

BRETTELL, Caroline B. Introduction: Fieldwork, Text and Audience. In: BRETTELL, Caroline B. (ed.). *When they read what we write: The politics of ethnography*. Westport, Connecticut: Bergin & Garvey, 1993, pp. 1-24.

CLIFFORD, James & MARCUS, George (eds). *Writing Culture – The poetics and politics of ethnography*. Bekerley, Los Angeles, London: University of California Press, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CUNHA, Manuela Ivone. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.

_____. Closed circuits: kinship, neighborhood and incarceration in urban Portugal. *Ethnography*, vol. 9 (3), 2008a, pp. 325–350.

_____ (org.). *Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*. Lisboa: 90 graus, 2008b.

ERIKSON, Philippe. Une Nébuleuse compacte: Le macro-ensemble pano. *L'Homme*, 126-128, 1993, pp. 45-58.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, nº 13, 2005, pp. 155-161.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2002 [1975].

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do Poder*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007 [1977], pp. 243-276.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Gaal, 2010 [1976].

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 17, nº 48, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13951.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LEIRIS, Michel. L'Ethnographé devant le colonialism. *Les Temps Modernes*, 6º année, nº 58, 1950, pp. 357-374.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARQUES, Adalton. "Dar um psicológico": estratégias de produção de verdade no tribunal do crime. *VII Reunião de Antropologia do Mercosul - Desafios Antropológicos (CD-ROM)*, Porto Alegre, v. 1, 2007.

_____. *Crime, proceder, convívio-seguro – Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge Luiz Mattar. O que se diz, o que se escreve. *Revista de Antropologia USP*, São Paulo, v. 48, nº 1, 2005, pp. 37-74.

NARAYAN, Kirin. How Native Is a "Native" Anthropologist? *American Anthropologist*, vol. 95, n° 3, 1993, pp. 671-686.

SCHEPER-HUGUES, Nancy. The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology. *Current Anthropology*, vol. 36, n° 3, 1995, pp. 409-420.

TRIPATHY, Jyotirmaya. What is a terrorist?. *International Journal of Cultural Studies*, Volume 13(3), 2010, pp. 219–234.

VILLELA, Jorge Mattar. Moral da política e antropologia das relações de poder no Sertão de Pernambuco. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, n° 79, 2010, pp. 163-199.